Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Campina Grande (PB), 29 de julho de 1962.

Ao receber o título de Cidadão Campinense e a faixa de Presidente da Legalidade.

Emocionado, meus conterrâneos desta bela cidade, porque só eu sei avaliar a honra que representa para mim ser incorporado, nesta noite tão significativa, à brava família campinense como um dos seus filhos, quero agradecer a homenagem que vindes de prestar ao Chefe da Nação. Meu agradecimento se estende a todo êste povo que, pelo seu grande esfôrço, trabalho e patriotismo, construiu esta cidade, honra e orgulho do Nordeste e de todos nós brasileiros. E ao agradecer o título de Cidadão Campinense, que me confere a Câmara Municipal, desejo dizer que o mesmo não representa apenas um motivo de honra para mim: êle será um legado que transmitirei a meus filhos e saberei dignificar, colocando-me a serviço do povo campinense e dos seus interêsses.

Há poucas horas, em João Pessoa, onde recebi comovedora manifestação, tive oportunidade de dirigir-me à Paraíba e aos paraibanos. Ali compareci a convite dos homens que vivem nas lides do campo, dos que dirigem e integram as Ligas Camponesas, mas tôdas as classes sociais da capital com êles se reuniram para receber o Presidente da República. Aqui, nesta grande cidade, tenho a satisfação de constatar que, como em João Pessoa, participam das homenagens ao Chefe da Nação tôdas as classes sociais, todos os que representam, através das suas entidades de classe, as fôrças vivas de Campina Grande, desta cidade extraordinária, plantada neste recanto da Paraíba, que simboliza o valor e o trabalho do povo do Estado. Agradeço a todos os oradores as palavras de solidariedade, de confôrto e de estímulo que me transmitiram, desde os representantes da indústria, do comércio e do Poder Público, até os mais

modestos cidadãos, os que falaram em nome das Ligas Camponesas e das organizações operárias desta cidade.

Meus conterrâneos: de há muito me venho batendo, com calor patriótico, para que se realizem no País as reformas de base, que são reclamadas pelo interêsse de tôda a Nação. Há alguns anos atrás, como bem o sabeis, quando qualquer cidadão se dispunha a tratar dêsse problema, e mesmo, ao de leve, se referia à necessidade de levar-se a cabo a reforma agrária, passava êle a figurar no rol dos subversivos, dos pregoeiros da desordem. Hoje, porém, essa reforma constitui uma aspiração geral, principalmente daqueles que realmente se interessam pela grandeza do Brasil e por sua independência econômica. Hoje, não são sòmente os trabalhadores do campo, apoiados pelos seus companheiros das cidades, que reinvidicam a reforma agrária, em bases justas, de modo a possibilitar o acesso à terra aos homens que a trabalham e nela se sacrificam. Hoje, são os Bispos brasileiros da Igreja Católica que, em manifesto, pedem um nôvo estatuto da terra; são os trabalhadores de outras nações que clamam, nas suas fábricas e nos seus sindicatos, pela libertação, na América Latina, dos homens do campo, escravos do latifúndio.

Ainda há pouco, quando visitava os Estados Unidos da América, conversando com representantes de suas classes operárias, ouvi dêles afirmações como esta: "Temos receio de que o povo americano, através de contribuições, carreie recursos para a agricultura dos países sul-americanos e, especialmente, dos países onde ainda não se fêz a reforma agrária, porque certamente êsses recursos, fornecidos através de empréstimos ou de qualquer outra modalidade, não vão servir para libertar o pequeno agricultor, nem para libertar o homem que não tem terras e que a trabalha. Ao contrário, vão servir apenas para enriquecer mais aquêles já enriquecidos com o trabalho dos camponeses em suas terras".

Se eu tivesse citado, neste instante, uma frase de Kruschev, de um chefe chinês ou de um líder cubano, todos vós estaríeis dizendo que aqui também se levanta a agitação. Reproduzi, porém, as palavras que me foram ditas por trabalhadores de uma nação democrática, apontada como exemplo às demais. Portanto, êsse sentimento de reforma já existe no coração e na compreensão de

todos aquêles que realmente desejam um Brasil que viva num clima de harmonia, de paz e de entendimento. Sinceramente, não consigo conceber a idéia de que qualquer nação, muito principalmente uma nação democrática, possa construir sua grandeza e sua riqueza sôbre a miséria das classes trabalhadoras.

É dentro dêste espírito de justiça social, em nome dêle e dos sentimentos cristãos do povo brasileiro, que reclamamos uma reforma agrária que realmente atenda aos interêsses do País e principalmente aos daqueles que trabalham a terra, submetidos a um desumano regime de exploração. É necessário que êsses homens venham a ter, algum dia, o direito de acesso à terra, como seus proprietários.

Dizem outros, em geral os que na ralidade se opõem à verdadeira reforma, que tal finalidade é possível dentro dos limites da atual Constituição. Devo dizer, porém, com a responsabilidade de meu cargo e de homem que conta com a grande ventura de ter a confiança dos mais humildes cidadãos dêste país, que não acredito em reforma agrária sem que antes seja feita a da nossa Carta Magna. Nossa Constituição diz textualmente que qualquer desapropriação de terras deve ser feita pelo seu justo valor, com o pagamento prévio em dinheiro. Ora, aquêles que tanto combatem a inflação não hão de querer que o Brasil passe a emitir bilhões, e mesmo trilhões, a fim de indenizar, com moeda corrente, em vez de títulos, os proprietários das terras desapropriadas. Com a reforma da Constituição, nos têrmos relativos à reforma agrária, os camponeses teriam fàcilmente acesso às terras, que seriam por êles adquiridas a longo prazo e sem maiores sacrifícios para o País.

Não defendo também — e digo isto com coragem e convicção — o princípio arbitrário de se tirar terra de uns para ser entregue a outros: defendo, isto sim, o princípio cristão e justo de dar acesso à terra àqueles que a trabalham com seu suor e o suor de seus filhos. Reafirmo, com profunda convicção, que, no caso, não devem prevalecer os argumentos daqueles que pretendem assustar as famílias brasileiras dizendo que a reforma agrária representa um perigo comunista e um atentado às instituições democráticas. Repito, agora e aqui, o que hoje afirmei em João Pessoa perante uma multidão de camponeses: desejamos uma reforma com características brasileiras, a reforma que mais convenha ao lavrador

brasileiro, a todos, enfim, que queiram lutar pelo desenvolvimento dêste país. Não desejamos importar figurinos estrangeiros para realizá-la: ela deverá possuir tonalidades locais, ser obra de brasileiros para brasileiros, tanto nas suas origens quanto nos seus objetivos.

Ao lado da reforma agrária, temos de promover a realização de outras, também indispensáveis à nossa independência econômica, da qual depende, lògicamente, a extinção do pauperismo do Nordeste. Entre elas, uma há que exige regulamentação imediata. Refiro-me à remessa de lucros do capital estrangeiro aplicado no Brasil. Não se compreende que um país subdesenvolvido como o nosso, habitado por um povo heròicamente trabalhador, continue, embora lutando cada vez mais, tolhido pelas mesmas amarras do subdesenvolvimento. Isto se deve, sem dúvida, entre outros fatôres, à sangria permanente de nossa riqueza.

Não concebo a idéia, por excelência absurda, de que um brasileiro possa ser contra a limitação da remessa de lucros. Um bom brasileiro nunca poderá aceitar o que se vem fazendo neste país em relação a tão discutido problema. Com tal sistema, a Nação vive permanentemente sangrada na sua economia. Não posso ainda conceber a idéia de o povo brasileiro aceitar, sem protestos, que grupos internacionais especulem, à sombra das nossas leis, com a miséria brasileira, obtendo assim grandes lucros que depois são remetidos para o exterior, quando tais lucros deveriam, lògicamente, permanecer no Brasil, a serviço do desenvolvimento de nossa economia. Não faz muito tempo, afirmava eu, a embaixadores estrangeiros, que não somos contra o capital que vem de fora, desde que seja bem intencionado e queira incorporar-se ao esfôrço nacional, contribuindo para nossa grandeza. Não somos contra o capital que deseja ajudar-nos nesse esfôrço. Somos, isto sim, contra aquêle tipo de capital especulativo que, vindo para o Brasil, depois de crescer e prosperar à custa do sofrimento e da miséria do povo, volta para o país de origem, uma afronta e numa provocação aos sentimentos nacionalistas dos brasileiros.

Meus amigos campinenses: nesta visita à vossa cidade, que também é minha por vossa gentileza, destaco, entre as homenagens que me sensibilizaram, a que acabam de prestar-me os honrados

trabalhadores campinenses, com a entrega de uma faixa em que mandaram fixar esta expressão: Presidente da Legalidade. Se pude ser, num determinado instante de nossa história, intérprete fiel da legalidade, como bem o sentiram os meus amigos trabalhadores, foi porque o povo brasileiro se constituiu, naquele momento, em sentinela avançada da ordem legal. Ao pisar o solo do Rio Grande do Sul, de volta do estrangeiro, eu sabia que todo o Nordeste, como todo o Brasil, estava também conosco, se mantinha também vigilante na defesa das instituições democráticas do País. Não fôsse a bravura do povo brasileiro, não fôsse a bravura do nodestino, não fôsse a coragem desta Paraíba, rica de tradições, e não teríamos resistido ao golpe contra as instituições, não teríamos lutado, com o arroubo que tivemos, contra a ilegalidade que queriam implantar no País as fôrças da reação, as mesmas fôrças que ainda hoje estão conspirando, desviadas dos sentimentos de justiça, do amor à liberdade e dos deveres patrióticos. Com o vosso sentimento democrático, ajudastes o Brasil inteiro a preservar as liberdades públicas, então rudemente ameaçadas. Agora, quando pretendemos levar a cabo as reformas básicas de que tanto carece a Nação, para sair do subdesenvolvimento em que está mergulhada, o Govêrno e as instituições democráticas precisam também contar convosco, trabalhadores de Campina Grande.

Antes de terminar, não posso deixar de, mais uma vez, agradecer às autoridades locais, a seu ilustre Prefeito, a todos os membros da Câmara dos Vereadores, tão generosos que foram comigo, dando-me a honra de ser também campinense, ao povo que me acolheu com entusiasmo, às dignas famílias locais, aos trabalhadores, enfim, a tôdas as classes sociais dêste rico Município, as excepcionais homenagens que me proporcionaram nesta visita tão grata à minha sensibilidade de homem público. Deixo vossa cidade, depois da especial acolhida que me destes, cheio de novas fôrças e mais convencido ainda da solidariedade do povo brasileiro, quando preconizo a urgente necessidade das reformas de base que a Nação está exigindo dos que têm sob suas mãos o leme do Estado.